

Relatório

Despesas com Sentenças Judiciais

Precatórios 2026

Publicado em
14/05/2025

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Orçamento Federal – SOF

Clayton Luiz Montes

Secretária Nacional de Planejamento – SEPLAN

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Secretária Substituta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário Substituto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos – SMA

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional – SEAI

João Victor Villaverde de Almeida

Equipe Técnica – SOF

Subsecretária de Pessoal e Sentenças

Mychelle Celeste Rabelo de Sá

Coordenador-Geral de Despesas com Sentenças Judiciais e demais Encargos

Pablo da Nóbrega

Coordenadora de Acompanhamento e Avaliação das Despesas com Sentenças Judiciais

Juliana Arruda Campos Gomes

Coordenadora de Estudos e Sistemas

Rebeca Guerreiro Machado

Relatório elaborado a partir das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário acerca dos precatórios apresentados em desfavor da Fazenda Pública federal até 2 de abril de 2025, conforme dispõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, na forma do § 4º do art. 33 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025).

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo **Poder Judiciário** com vistas ao cumprimento das obrigações de pagar impostas à Fazenda Pública em virtude de **sentenças judiciais transitadas em julgado**.



PRINCIPAIS NÚMEROS



164.012
precatórios



Totalizando
R\$ 69,7
bilhões



O número total
de beneficiários
foi **270.332**



Do total de precatórios,
211 foram relativos a
demandas do Fundef,
com valor somado de
R\$ 7,521 bilhões



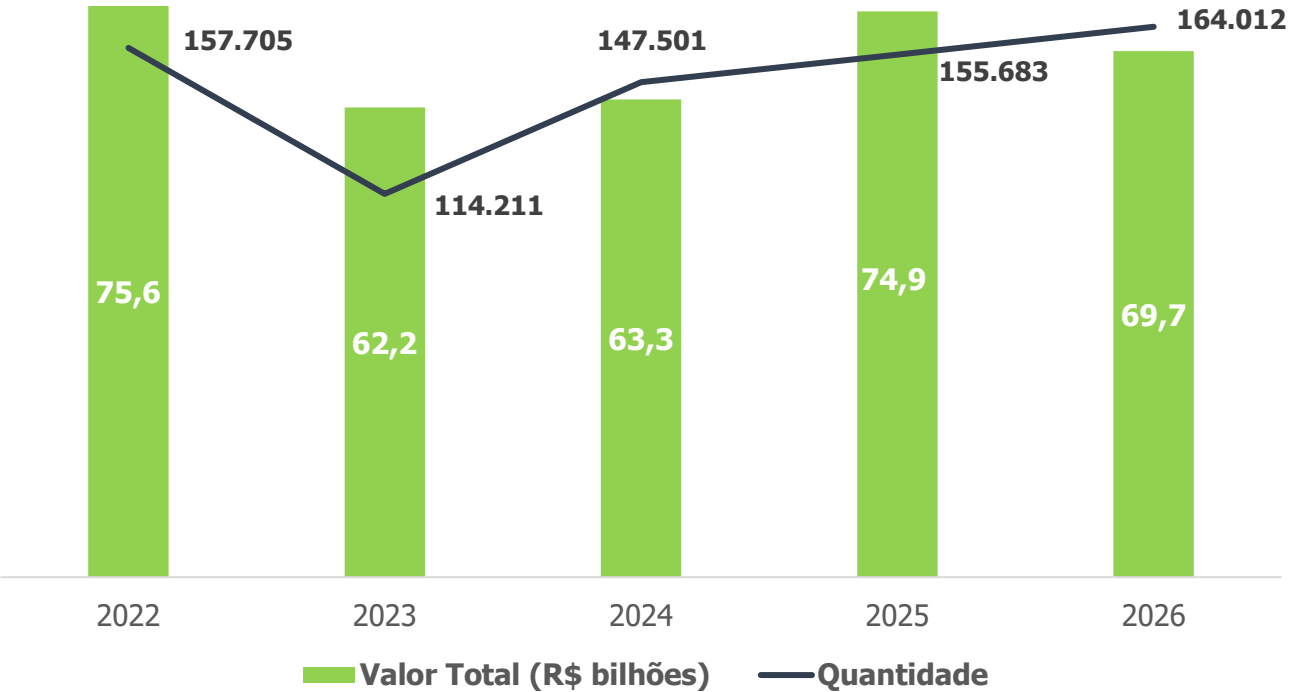
R\$ 1,472 bilhões foi
o valor do maior
precatório expedido,
sob responsabilidade
do Tribunal Regional
Federal da 3ª Região
e de natureza comum
(não alimentícia)



Nenhum precatório de
grande vulto, nos termos
do § 20 do art. 100 da CF,
para pagamento
parcelado



COMPARATIVO COM ANOS ANTERIORES¹



¹ Precatórios Expedidos. Os números relativos aos anos anteriores foram atualizados para abril/2025 pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.



DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE VALOR

Valor do Precatório	Quantidade		Valor Total	
	Número	% do Total	Valor (R\$ milhões)	% do Total
Até R\$ 1 milhão	160.341	97,76%	32.453,2	46,58%
Acima de R\$ 1 milhão e até R\$ 10 milhões	3.302	2,01%	6.917,2	9,93%
Acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 100 milhões	294	0,18%	8.824,1	12,67%
Acima de R\$ 100 milhões e até R\$ 500 milhões	66	0,04%	12.974,9	18,62%
Acima de R\$ 500 milhões e até R\$ 1 bilhão	5	0,00%	3.502,5	5,03%
Acima de R\$ 1 bilhão	4	0,00%	4.995,9	7,17%
Total	164.012	100,00%	69.667,8	100,00%



DISTRIBUIÇÃO POR AGREGADO DE DESPESA

	Quantidade	Valor Total (R\$ milhões)	% do Valor Total
Pessoal	32.783	8.861,0	12,72%
Previdência	112.125	23.625,4	33,91%
LOAS/RMV ²	4.048	525,3	0,75%
OCK ³	15.056	36.656,1	52,62%
Total	164.012	69.667,8	100,00%

² Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia.

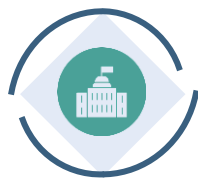
³ Outras despesas de custeio e capital, inclusive precatórios oriundos de demandas relativas ao Fundef.



DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO EXECUTADO

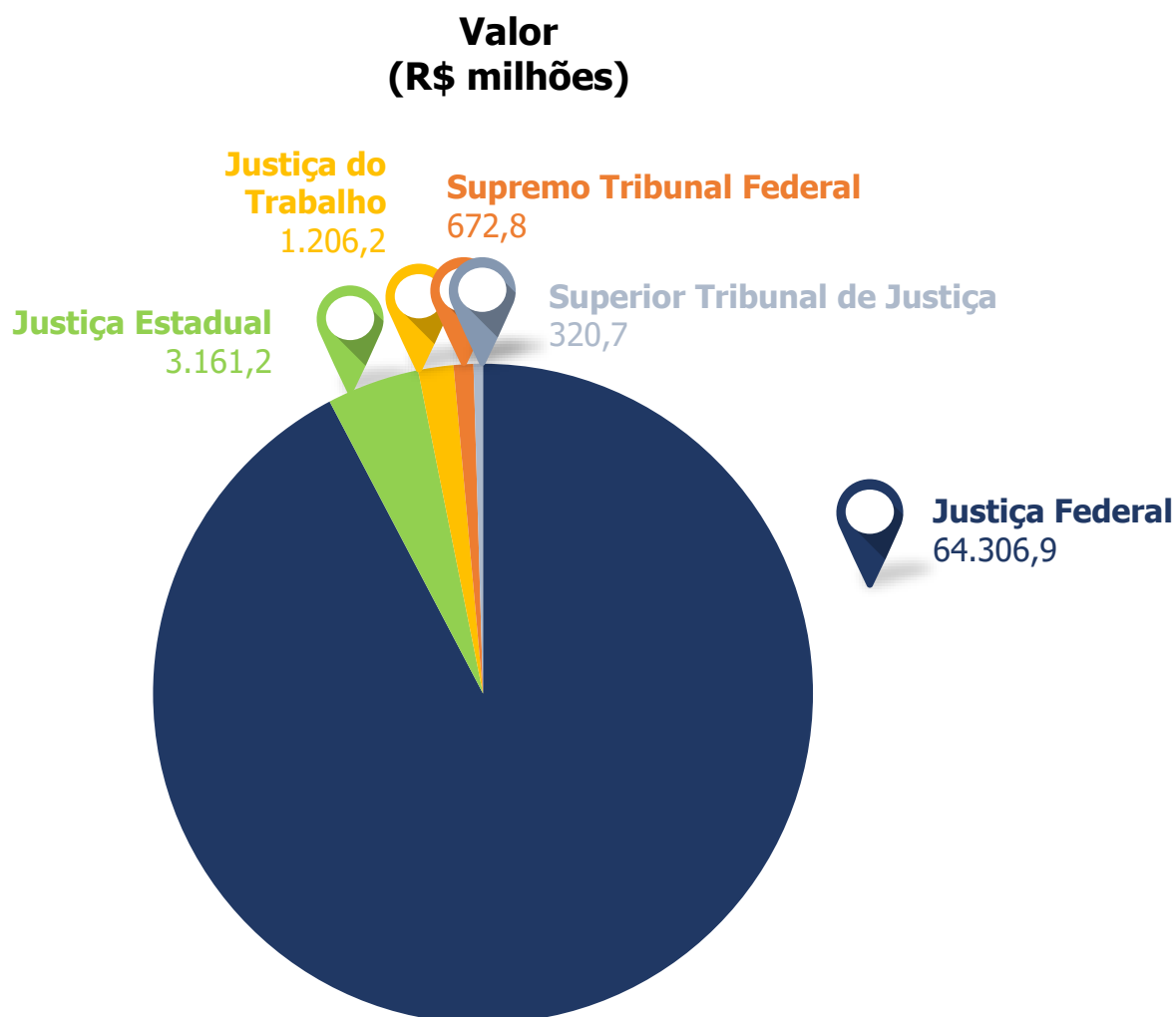
Órgão ⁴	Quantidade	Valor Total (R\$ milhões)	% do Valor Total
Encargos Financeiros da União	31.212	39.086,9	56,10%
Ministério da Previdência Social	118.651	25.438,0	36,51%
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	733	1.462,6	2,10%
Ministério da Educação	5.249	1.369,1	1,97%
Min. do Dev. e Assistência Social, Família e Combate à Fome	4.048	525,3	0,75%
Ministério da Saúde	1.865	491,8	0,71%
Ministério das Cidades	7	305,1	0,44%
Ministério dos Transportes	566	264,1	0,38%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	206	139,2	0,20%
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	370	136,4	0,20%
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	59	113,7	0,16%
Banco Central do Brasil	204	89,6	0,13%
Ministério do Planejamento e Orçamento	350	85,5	0,12%
Ministério da Agricultura e Pecuária	117	45,9	0,07%
Ministério de Minas e Energia	50	30,6	0,04%
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	171	28,9	0,04%
Ministério dos Povos Indígenas	85	26,4	0,04%
Ministério da Fazenda	12	9,5	0,01%
Ministério da Cultura	26	7,4	0,01%
Ministério das Comunicações	9	4,6	0,01%
Ministério do Trabalho e Emprego	12	3,3	0,00%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2	2,1	0,00%
Ministério de Portos e Aeroportos	6	0,9	0,00%
Ministério da Defesa	1	0,5	0,00%
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1	0,2	0,00%
Total	164.012	69.667,8	100,00%

⁴ O órgão orçamentário Encargos Financeiros da União concentra os precatórios decorrentes de ações envolvendo órgãos da administração direta. Nos demais órgãos executados, encontram-se os precatórios oriundos de demandas em face das respectivas entidades da administração indireta.



DISTRIBUIÇÃO POR RAMO DO PODER JUDICIÁRIO

Ramo	Quantidade		Valor Total	
	Número	% do Total	Valor (R\$ milhões)	% do Total
Justiça Federal	143.007	87,19%	64.306,9	92,31%
Justiça Estadual	15.426	9,41%	3.161,2	4,54%
Justiça do Trabalho	4.469	2,72%	1.206,2	1,73%
Supremo Tribunal Federal	32	0,02%	672,8	0,97%
Superior Tribunal de Justiça	1.078	0,66%	320,7	0,46%
Total	164.012	100,00%	69.667,8	100,00%





DISTRIBUIÇÃO JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal	Quantidade	Valor Total (R\$ milhões)	% do Valor Total
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	31.032	25.309,9	39,36%
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	39.330	16.460,5	25,60%
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	37.676	9.385,0	14,59%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	13.400	6.250,3	9,72%
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	11.042	4.825,4	7,50%
Tribunal Regional Federal da 6ª Região	10.527	2.075,8	3,23%
Total	143.007	64.306,9	100,00%



DISTRIBUIÇÃO JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho	Quantidade	Valor Total (R\$ milhões)	% do Valor Total
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro	707	327,3	27,14%
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – Ceará	1.097	178,6	14,80%
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul	724	178,5	14,80%
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo	715	172,4	14,29%
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Rondônia/Acre	205	87,9	7,29%
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia	101	37,7	3,12%
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região – Pernambuco	105	36,2	3,00%
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais	227	30,6	2,54%
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Paraíba	106	26,6	2,20%
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP	126	25,5	2,11%
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - DF/Tocantins	60	22,1	1,83%
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - Espírito Santo	67	21,8	1,81%
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Roraima	24	9,9	0,82%
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná	35	9,6	0,79%
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – Alagoas	29	7,6	0,63%
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Pará/Amapá	25	6,5	0,54%
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás	18	6,2	0,51%
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Mato Grosso do Sul	23	4,6	0,38%
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região – Piauí	20	4,5	0,38%
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Maranhão	18	3,9	0,33%
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso	17	3,2	0,26%
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina	15	3,2	0,26%
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região – Sergipe	4	1,6	0,13%
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região - Rio Grande do Norte	1	0,1	0,01%
Total	4.469	1.206,2	100,00%



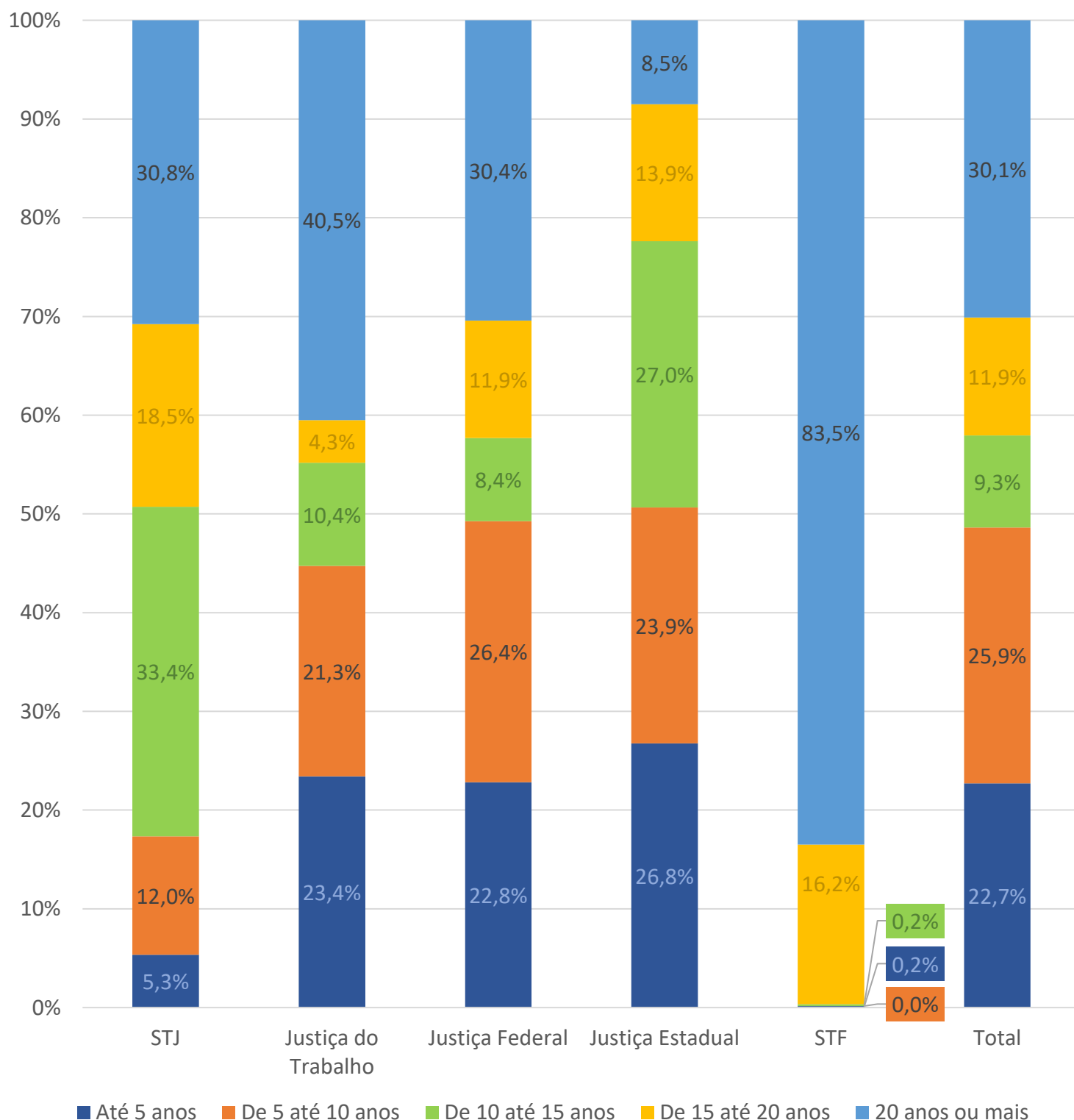
DISTRIBUIÇÃO JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça	Quantidade	Valor Total (R\$ milhões)	% do Valor Total
TJSP	8.020	1.739,2	55,02%
TJRS	1.510	245,9	7,78%
TJRJ	887	239,8	7,58%
TJSC	1.506	231,7	7,33%
TJPR	850	151,4	4,79%
TJMG	439	95,0	3,00%
TJBA	278	75,5	2,39%
TJGO	334	67,4	2,13%
TJPE	212	47,9	1,52%
TJAM	229	46,9	1,48%
TJMS	275	44,7	1,41%
TJMT	181	35,4	1,12%
TJCE	124	26,8	0,85%
TJES	92	21,2	0,67%
TJRN	96	18,6	0,59%
TJPB	100	17,6	0,56%
TJDFT	92	14,8	0,47%
TJRO	63	11,9	0,38%
TJPA	33	8,5	0,27%
TJSE	27	5,9	0,19%
TJTO	26	5,6	0,18%
TJMA	20	4,1	0,13%
TJPI	13	2,1	0,07%
TJRR	11	1,9	0,06%
TJAL	7	1,2	0,04%
TJAC	1	0,1	0,00%
Total	15.426	3.161,2	100,00%



ANÁLISE TEMPORAL

Distribuição dos precatórios apresentados (em % do valor total), considerando o tempo decorrido entre a data de ajuizamento da ação originária e a da sua expedição.



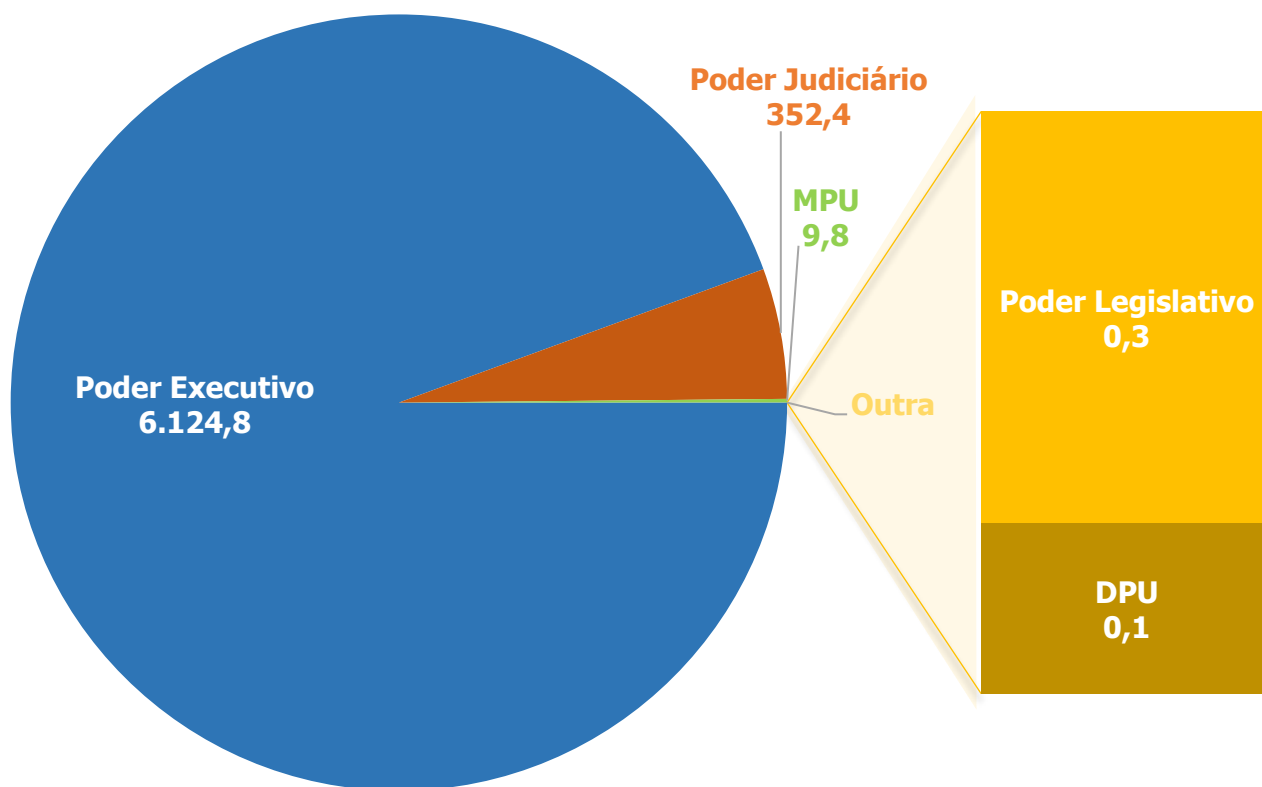


DEMANDAS SALARIAIS POR PODER

Poder	Quantidade		Valor Total	
	Precatórios	% do Total ⁵	Valor (R\$ milhões)	% do Total ⁵
Poder Executivo	26.348	94,92%	6.124,8	94,41%
Poder Judiciário	1.381	4,98%	352,4	5,43%
MPU	25	0,09%	9,8	0,15%
Poder Legislativo	3	0,01%	0,3	0,00%
DPU	1	0,00%	0,1	0,00%
Total	27.758	100%	6.487,4	100%

⁵ Total dos precatórios decorrentes de ações de natureza salarial movidas por agentes públicos.

Valor (R\$ milhões)



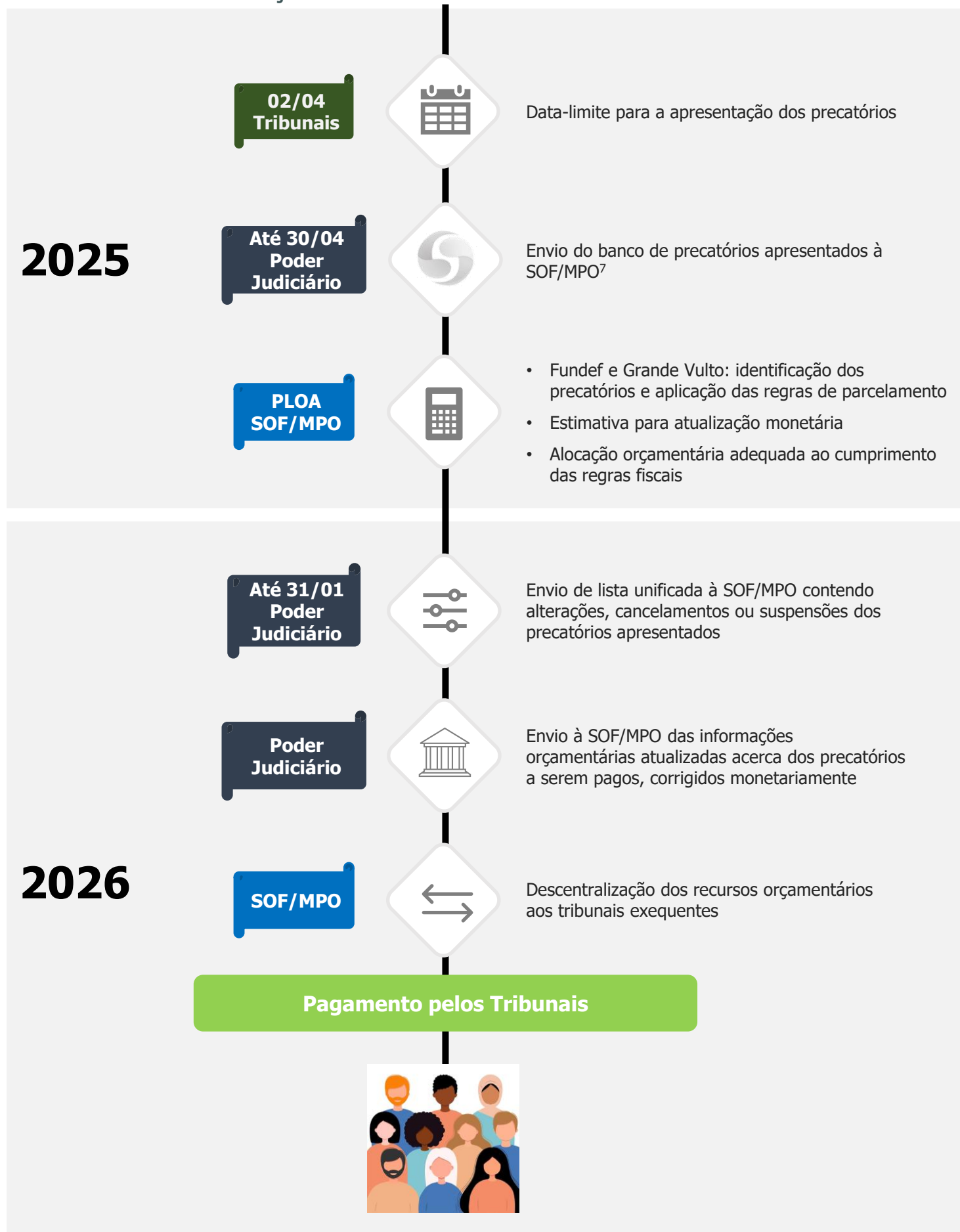
■ Poder Executivo ■ Poder Judiciário ■ MPU ■ Poder Legislativo ■ DPU



DEMANDAS SALARIAIS POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO

Órgão	Quantidade de precatórios	Valor (R\$ milhões)	% do Valor Total
Ministério da Previdência Social	4.335	1.419,4	23,17%
Ministério da Fazenda	6.039	1.150,3	18,78%
Ministério da Educação	4.310	981,7	16,03%
Ministério da Defesa	1.833	618,5	10,10%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.907	370,4	6,05%
Ministério da Saúde	2.227	305,4	4,99%
Encargos Financeiros da União	1.313	287,0	4,69%
Ministério dos Transportes	1.234	206,7	3,37%
Advocacia-Geral da União	707	133,8	2,18%
Ministério do Planejamento e Orçamento	495	118,0	1,93%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	205	110,5	1,80%
Ministério da Agricultura e Pecuária	448	83,7	1,37%
Min. do Dev. e Assistência Social, Família e Combate à Fome	134	59,6	0,97%
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	148	52,0	0,85%
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	203	48,8	0,80%
Banco Central do Brasil	133	45,5	0,74%
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	246	40,1	0,65%
Ministério do Trabalho e Emprego	80	23,6	0,38%
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	98	18,0	0,29%
Ministério das Comunicações	64	11,9	0,19%
Presidência da República	43	11,7	0,19%
Ministério das Relações Exteriores	35	8,7	0,14%
Ministério dos Povos Indígenas	49	7,6	0,12%
Ministério de Minas e Energia	25	4,8	0,08%
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	14	3,5	0,06%
Ministério da Cultura	15	2,5	0,04%
Ministério das Cidades	6	0,9	0,01%
Ministério de Portos e Aeroportos	2	0,3	0,00%
Total	26.348	6.124,8	100,00%

PROCEDIMENTOS ORÇAMENTÁRIOS PARA PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS 2026⁶



⁶ Conforme Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025).

⁷ Não inclui dados pessoais dos credores, conforme dispõe o § 4º do art. 33 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025).